

EDITAL DE Pregão Presencial N.º 4/2023

Registro de Preços para Aquisição de Lanches para o CRAS.

O **MUNICÍPIO DE PLANALTO**, pessoa jurídica de Direito Público com sede na Rua Humberto de Campos, nº 732, Centro, na cidade de Planalto, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 87.612.891/0001-15, neste ato representado pelo Prefeito em exercício, Sr. AMARILDO CAMINSKI, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando no o **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, estará recebendo no dia 16 de março de 2023 às 9:00h, os envelopes contendo os documentos de “Habilitação” e “Propostas” para o fornecimento do Objeto do Edital em conformidade com a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 subsidiariamente a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como as condições a seguir estabelecidas.

1 – DO OBJETO:

Item	Qtde.	Unid.	Descrição
1	900	UN	Sanduíche natural, com pão francês branco 50g, contendo: Presunto, queijo, maionese tradicional, alface e tomate (de boa qualidade), devidamente embalados em papel alumínio ou filme. R\$ 5,00000
2	900	UN	Pão de queijo (unidades com 50 g), devidamente embalados em papel alumínio ou filme. R\$ 1,50000
3	900	UN	Cuca tradicional sem recheio (fatia com 50 g). R\$ 1,00000
4	900	UN	Grostoli doce, novo, macio, devidamente embalado, com no máximo 24 h (unidade com 50 g). R\$ 1,50000
5	900	UN	Pastel frito de carne moída (unidade com 50 g). R\$ 2,00000
6	900	UN	Bolo de laranja com cobertura de côco (fatia média com 55 g). R\$ 2,00000
7	900	UN	Mini pizza diversos sabores (frango, carne moída, milho, calabresa) 1 unid tamanho entre 10 e 13 cm de diâmetro. R\$ 5,00000
8	900	UN	Bolacha doce, de nata, manteiga, açúcar de cana e afins, com e sem cobertura (unidade com 25 g). R\$ 1,50000

2 – OBJETO, LOCAL DE ENTREGA

2.1. Registro de Preços visando eventual e futura aquisição de até 900 lanches prontos ao mês, para os Grupos do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), conforme quantidades e itens especificados no Anexo I.

2.2 – O Município reserva-se o direito de não adquirir a totalidade das quantidades licitadas, não cabendo a Licitante Vencedora qualquer tipo de indenização caso isso ocorra.

2.3 – A licitante deverá apresentar preço unitário e total, para cada item discriminado no objeto, devendo os preços ser, obrigatoriamente, apresentados com apenas duas casas decimais após a vírgula.

2.4 – Os produtos ofertados deverão ser entregues de forma fracionada, conforme solicitação, junto ao CRAS, durante os seguintes horários (Manhã: 08h00min às 11h00min e Tarde: 14h00min às 16h00min) e não serão recebidos quando apresentarem indícios ou características que possam comprometer sua utilização. Os produtos deverão ser entregues em até 24 (vinte e

quatro) horas após a solicitação.

2.5 - O prazo de validade dos gêneros alimentícios não poderá ser inferior a 02 (dois) dias, na data de entrega.

2.6 - Além da entrega no local designado pela CONTRATANTE, deverá a licitante vencedora, descarregar e armazenar os produtos em local indicado por servidor, comprometendo-se integralmente por eventuais danos causados em decorrência dessas atividades.

2.7 - Todo e qualquer fornecimento de produto fora do estabelecido no presente edital será imediatamente notificado à Licitante Vencedora, que ficará obrigada a substituí-los, o que fará no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais substituições.

3 - PRAZO E CONDIÇÕES PARA A ASSINATURA DA ATA

3.1 - O Município de Planalto, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da adjudicação da vencedora, salvo eventuais situações adversas, fará sua convocação para assinar o Contrato ou retirar o termo equivalente.

3.1.1- A Licitante vencedora deverá no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da convocação, assinar o Contrato ou retirar o termo equivalente, nos termos e condições preconizadas pelo Art. 64 da Lei Federal nº. 8.666/93, sob pena de perda do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

3.1.2- No ato da contratação, o representante da Licitante vencedora deverá apresentar contrato social ou instrumento equivalente que comprove sua titularidade ou contrato social com documento de procuração, devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa.

3.1.3 - A assinatura da ata de registro de preços estará condicionada ao compromisso de manutenção da regularidade da situação da habilitação exigida no edital.

4 – PRAZOS DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

4.1 – Os envelopes nº 01 – “PROPOSTA” e os envelopes nº. 02 – “HABILITAÇÃO”, deverão ser entregues lacrados, até o horário previsto no preâmbulo deste Edital, no Departamento de Compras da Secretaria da Administração Municipal, localizado na Sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Humberto de Campos,

732 – Centro - Planalto - RS, contendo no anverso destes (respectivamente) os seguintes dizeres:

a) ENVELOPE Nº. 1 – PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

ENDEREÇO COMPLETO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2023

b) ENVELOPE Nº. 2 – HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

ENDEREÇO COMPLETO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2023

4.1.1 – Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatária,

considerada aquela que apresentar os envelopes após o horário estabelecido para a entrega dos mesmos, comprovado por meio do protocolo da equipe de apoio ao Pregoeiro;

4.1.2 - Caso a equipe de apoio ao Pregoeiro não possa protocolar os envelopes no horário estabelecido e a licitante chegar até o horário previsto, este receberá uma senha, por ordem de chegada, até o horário para a entrega dos envelopes.

5 – CREDENCIAMENTO

5.1 – O representante da licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

5.1.1 – Se a licitante se fizer representar pelo seu proprietário, deverá apresentar documento que comprove tal condição.

5.1.2 – Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente habilitado por meio de procuração, ou termo de credenciamento.

5.2 – No ato de credenciamento, o representante da proponente deverá identificar-se, mediante a apresentação, ao Pregoeiro, de sua Cédula de Identidade ou documento equivalente, para conferência dos dados com aqueles informados no documento de credenciamento. Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante.

5.2.1 – Somente poderá participar da fase de lances verbais e demais atos relativos a este pregão, o representante legal da licitante devidamente credenciado.

5.3 - Apresentar declaração onde constem dados da Empresa para cadastro de Credenciamento (Razão Social, nº CNPJ, Endereço, Fone, Email)

5.4 - A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar declaração, firmada por contador ou representante legal da empresa, ou qualquer outro documento oficial que comprove que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.5 – A empresa deverá apresentar declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

5.6 – Se a licitante encaminhar sua proposta, e não se fizer representar no momento do credenciamento, deverá encaminhar as declarações de credenciamento exigidas fora dos envelopes de habilitação e de propostas.

5.7 – Não apresentadas às declarações, a licitante será impedida de participar da licitação.

6 - HABILITAÇÃO

6.1. A habilitação das empresas para participarem da presente licitação será determinada pela apresentação dos seguintes documentos:

I - Pessoa Jurídica:

A) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

B) registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

C) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto ora licitado, se for o caso;

D) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto ora licitado, se for o caso;
E) prova de regularidade quanto aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, referente a todos os tributos federais e a Dívida Ativa da União (DAU), administrados por estes órgãos;
F) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
G) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
H) prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei;
I) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
J) declaração, conforme o modelo instituído pelo Decreto Federal nº 4.358/2002, que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República. Modelo em anexo (anexo I);

7 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

7.1 – As despesas decorrentes dessa licitação serão suportadas pela seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Despesa	Há Previsão
2032 3390.30.07.00.00.00 - GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	Sim
2028 3390.30.07.00.00.00 - GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	Sim

7.2 - O pagamento será feito considerando a entrega fracionada, após o recebimento das notas fiscais e verificação da sua conformidade com o objeto, em até 15 (quinze) dias úteis.

7.3 – Os originais dos documentos fiscais comprobatórios da aquisição e/ou prestação de serviços devem ser emitidos em nome do Município de Planalto (CNPJ 87.612.891/0001-15) e conter as seguintes informações: modalidade e número do processo licitatório, nº contrato e do empenho, indicação do recurso utilizado para pagamento e se necessário indicação do fundo repassador do recurso (estadual ou federal);

7.4 - Para o efetivo pagamento deverão ser encaminhadas as Notas Fiscais dos produtos que deverão vir acompanhadas das Certidões Negativas do FGTS e INSS.

7.5 - Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice oficial do Município, e o Município compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

7.6 - Serão processadas as retenções pertinentes ao objeto da contratação, nos termos da lei que regula a matéria.

8 – CONTEÚDO E CONDIÇÕES DA PROPOSTA

8.1 – A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) digitada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que possam causar dubiedade quanto à interpretação e com a última página assinada pelo proponente, preferencialmente em papel timbrado.

8.2 - A validade da proposta está condicionada à existência dos seguintes tópicos:

8.3 - Preço unitário e total;

- Validade da proposta: não inferior a 60 dias;

- A empresa deverá indicar o nome e meios de contato (telefone e endereço eletrônico) do funcionário, que ficará responsável por sanar quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do contrato a ser formalizado.

8.4 - Somente será aceita cotação em moeda nacional do Brasil.

8.5 – Sob pena de desclassificação, mesmo que os fatores impeditivos tenham sido conhecidos após a adjudicação, jamais serão aceitos propostas com oferta de qualquer dos itens do objeto do edital:

- que não seja de primeira qualidade e dentro das normas técnicas;
- sem a procedência devida de fabricante ou distribuidor estabelecido no Brasil.

8.5.1 – O fornecimento do objeto do edital, considerado de qualidade inferior ou não atenderem às exigibilidades, não serão recebidos, e o pagamento de toda a parcela ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

8.6 - Sob as penas legais, não caberá desistência da proposta, salvo por motivos extremamente impeditivos e imprevisíveis que ocorrerem até a ocasião da apresentação da proposta, decorrente de fato superveniente ou excepcional, devidamente justificado no prazo de 24 (vinte e quatro horas), contados da ocorrência do imprevisto, e aceito pela Administração, a exemplo de: greve, grave perturbação da ordem, catástrofes, etc..

8.7 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista nesta Licitação ou baseados nas das demais licitantes.

8.8 - Não será aceita proposta com valor excessivo ou extremamente baixo, incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, salvo por razões que os justifiquem, através de justificativa fundamentada pela ofertante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, da solicitação do (a) pregoeiro (a) ou da autoridade superior.

8.8.1 – Considera-se preço excessivo, para os fins de avaliação da aceitabilidade do preço proposto, aquele que estiver acima do valor estimado pela administração (sendo este considerado a média dos orçamentos constantes no expediente administrativo em questão), ou do preço praticado no mercado, devidamente atualizado até a data da abertura do envelope “Proposta”, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião.

9 – RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, ABERTURA E JULGAMENTO

9.1 – Até o dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, serão recebidos os envelopes, “Proposta e Habilitação” devidamente lacrados, que serão protocolados pela equipe de apoio ao (à) Pregoeiro (a).

9.2 – No dia, hora e local designados no Preâmbulo deste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro declarará aberta a Sessão e anunciará as empresas que apresentaram envelopes.

9.3 – Em seguida o Pregoeiro passará ao credenciamento das licitantes, nos termos do item 5 – Do Credenciamento, devendo providenciar a assinatura dos representantes na Declaração de que cumprem as condições de habilitação deste Edital e após, encaminhará os envelopes distintos, às licitantes credenciadas para conferência dos lacres e protocolos.

9.4 – Serão abertos, primeiramente, os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

9.5 – A desclassificação da proposta da licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais.

9.6 – Em hipótese alguma poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, ressalvados

apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros formais, a exemplo dos seguintes casos:

a) serão corrigidos, automaticamente, pelo Pregoeiro, quaisquer erros de soma e/ou multiplicação, nas formas abaixo:

1) Erro na multiplicação de preços unitários, pelas quantidades correspondentes - será retificado mantendo-se o preço unitário e a quantidade, corrigindo-se o produto;

2) Erro na adição - será retificado conservando-se as parcelas corretas, trocando-se o total proposto pelo total calculado;

3) No caso de discordância entre o preço unitário e o total de cada item - prevalecerá o primeiro;

e

4) Ocorrendo discordância entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá este último.

b) a falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à Sessão do Pregão;

c) a falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá, também, ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados no envelope nº 2 – Habilitação;

9.7 – As propostas serão encaminhadas aos credenciados, para rubrica e conferência.

9.8 – Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

9.9 – No curso da sessão, dentre as propostas classificadas, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

9.10 – Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 9.9, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.11 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

9.12 – É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

9.13 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

9.14 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.15 – Encerrada a etapa competitiva de lances e ordenadas as ofertas de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade do melhor preço ofertado, comparando-os com os preços estimados pela Administração ou com os preços praticados no mercado.

9.16 – Para verificação da aceitabilidade das propostas, o (a) pregoeiro (a) levará em consideração o previsto no subitem 8.8, deste edital.

9.17 – Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de “habilitação” da licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item “6 – DA DOCUMENTAÇÃO E CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO” e Item “8 – DO CONTEÚDO DA PROPOSTA”, ambos deste Edital.

9.18 – Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vista a obter preço melhor.

9.19 – Obtido preço aceitável em decorrência da negociação, proceder-se-á na forma do disposto no subitem 9.18.

9.20 – Frustrada a negociação, o Pregoeiro desclassificará a proposta e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente,

até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

9.21 – Serão inabilitadas as licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no item “6 – “DA DOCUMENTAÇÃO E CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO” e Item “8 – DO CONTEÚDO DA PROPOSTA”, ambos deste Edital.

9.22 – Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimados as causas referidas no ato desclassificatório.

9.23 – O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes nº 2 – Habilitação apresentados pelas demais licitantes, até a entrega definitiva do objeto licitado. Após inutilizará os mesmos.

9.24 – Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

10 – FORMA DE JULGAMENTO/ADJUDICAÇÃO

10.1 – Para os efeitos de julgamento desta Licitação, levar-se-á em consideração, a proposta que apresentar

o “MENOR PREÇO POR ITEM”, considerando-se apenas os numerais inteiros, seguidos de centavos com

até 02 (dois) dígitos.

10.2 – O objeto deste Pregão será adjudicado à licitante, cuja proposta for considerada vencedora.

10.3 – Após declarada a empresa vencedora desta licitação, não havendo manifestação das demais licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado e, posteriormente, submeterá à homologação do processo, pelo Ordenador de Despesas.

10.4 – No caso de interposição de recursos, depois de proferida a decisão quanto ao mesmo, será o resultado da licitação adjudicado pelo pregoeiro, para após ser submetido ao Secretário da Administração para a homologação.

10.5 – O presente Registro de Preços terá validade por 08 (oito) meses, podendo ser prorrogado até limite máximo de 01 (um) ano, desde que respeitado o artigo 57 da Lei de Licitações.

11 – IMPUGNAÇÃO/RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 - Qualquer licitante, desde que haja irregularidade ou vício no edital, contrariando a fiel e estreita observância da Lei federal nº 8.666/93, poderá impugnar o Edital, em até 02 (dois) dias úteis, antes da data fixada para o recebimento das propostas.

11.2 - Nos termos do inciso XVIII, do art. 4º da Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (DOU DE 18.07.2002), ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do (a) pregoeiro (a), poderá fazê-lo, de imediato, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhe facultado juntar memoriais, no prazo de 03 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.3 - A falta de manifestação imediata e suas razões importará a preclusão do direito de recurso e adjudicação do objeto, ao proponente vencedor, salvo se a decisão não seja proferida na própria sessão, quando o prazo de recurso passará a contar a partir da publicação do resultado do certame, no Diário Oficial do Município.

11.4 - Os recursos deverão ser protocolados no Departamento de Protocolo – da Prefeitura Municipal de Planalto, situado á Rua Humberto de Campos, 731 – Centro – CEP 98470-000, fazendo, obrigatoriamente, constar fora do envelope (devidamente lacrado), o “número da licitação”, seu conteúdo (“Interposição de Recurso”) e seu encaminhamento a/c do(a) Pregoeiro(a), sob pena da não apreciação e tornar o procedimento nulo.

11.5 - Não serão conhecidas às impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

11.6 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada as razões (síntese) da intenção de interpor o recurso pelo proponente.

11.7 - Os recursos contra decisões do (a) pregoeiro (a), não terão efeito suspensivo.

11.8 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.9 – Da aplicação das penalidades previstas neste Edital e no futuro contrato, caberá recurso, no prazo e condições previstas, bem como no Decreto municipal.

12 - DOTAÇÃO/PROGRAMA DE TRABALHO/ATIVIDADE/RECURSOS

12.1 – Os recursos para execução do contrato estão assegurados no orçamento constante do Item 7.2.

13 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 – Ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Planalto – RS, sua administração direta, sociedade de economia mista, fundos especiais e demais órgãos ou entidades controlados diretas ou indiretamente pelo mesmo, pelo prazo de até 02 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a Licitante e/ou Contratada que:

a – deixar de assinar o Contrato ou retirar o termo equivalente, no prazo estabelecido neste edital.

b – ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;

c – deixar de manter a proposta, injustificadamente;

d – comportar-se de modo inidôneo; e – fazer declaração falsa;

f – cometer fraude fiscal;

g – falhar ou fraudar na execução do contrato.

13.2 – Pelos motivos que seguem, principalmente, as licitantes vencedoras estarão sujeitas às penalidades tratadas na condição anterior:

a – pelo fornecimento do objeto, desconforme com o especificado e aceito;

b – pela não substituição e reparação, no prazo estipulado, do objeto/serviço recusado;

c – pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste Pregão e no futuro contrato.

13.3 – Além das penalidades citadas, as licitantes vencedoras ficarão sujeitas, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município (PMF) e, no que couber, às demais penalidades referidas no futuro contrato e nos artigos 81 a 109, da Lei Federal nº 8666/93, de 21.06.93 e demais alterações posteriores.

13.4 – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, as licitantes ou contratadas ficarão isentas das penalidades mencionadas.

13.5 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com Município de Planalto - RS e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e suas entidades controladas, poderão ser aplicadas às licitantes ou contratadas, juntamente com as de multa prevista no edital e/ou no contrato.

13.6 - Se a licitante convocada recusar-se a assinar o contrato, ou deixar de comparecer no prazo estabelecido para o mesmo fim, sem justificativa por escrito e aceita pela Administração, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato e assim sucessivamente.

13.6.1 – Quaisquer dos descumprimentos previstos no subitem 13.6, imediatamente acima, implicará em multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da futura contratação, a ser cobrada diretamente ou na forma da lei, sem prejuízo nas penalidades aludidas no subitem 13.1, deste Edital.

13.7 - Se as licitantes convocadas para assinar o contrato, não apresentarem situação regular, no ato da assinatura do contrato, igualmente, será aplicada a regra prevista no subitem 13.6 e 13.6.1, deste Edital.

14 – DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Jamais será motivo para inabilitação ou desclassificação de Licitante, a falta de alguma condição do edital de pequena consequência ou de forma inexpressiva e que não prejudique a boa interpretação, aos direitos iguais e aos princípios básicos legais. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

14.2 - As multas aplicadas à CONTRATADA, a critério do Município de Planalto, poderão ser descontadas no ato da liquidação do débito referente ao Contrato respectivo.

14.3 - A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato, no prazo previsto neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas no Art. 81 da Lei que rege o presente processo licitatório, exceto aquela convocada nos termos do art. 64, § 2º da mesma lei, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.

14.3.1 - O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela futura Contratante.

14.4 - O conteúdo do presente Edital, bem como os elementos nele referidos, especificações, Documentos de Habilitação, Documentos Financeiros, Proposta Comercial, Planilha da proposta efetiva (reduzida), Relação dos Itens do Objeto do Edital, etc., farão parte integrante do futuro Contrato ou Autorização de Fornecimento, independente de transcrição.

14.5 - A participação nesta licitação implica, por parte das licitantes, na aceitação, em caráter irretratável, de todos os termos do edital.

14.6 - Os casos não previstos neste Edital, serão decididos pelo (a) Pregoeiro(a).

14.7 - Ultrapassada a fase da habilitação, a licitante somente poderá ser desqualificada por motivos relacionados com a habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e/ou qualificação econômico-financeira, ou em razão de fatos supervenientes e só conhecidos após o julgamento.

14.8 - É facultado ao (a) Pregoeiro (a) ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

14.9 - Quando da assinatura do contrato ou da retirada da Autorização de Fornecimento do objeto, bem como do pagamento de qualquer remuneração do contrato, o futuro contratante poderá solicitar nova prova de regularidade fiscal, especialmente as perante o fisco municipal, INSS e FGTS, sob pena de não recebimento da remuneração, perda da contratação ou até mesmos de rescisão contratual.

14.10 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

14.11 – A Fiscalização do contrato esta a cargo da Assistência Social, que designa a Secretária unicipal da Assistência Social.

para ser a fiscal do mesmo.

14.12 - Nenhuma indenização será devida às licitantes, por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente Pregão.

14.13 - O objeto da futura contratação poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

14.14 - A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse públicos, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulado no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

14.15 – É recomendado às licitantes que estejam no local indicado no preâmbulo deste edital, para a entrega dos envelopes e Sessão Pública do Pregão, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto.

14.16 – É fundamental a presença da licitante ou de sua representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

14.17 - À Administração reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as sessões e utilizar este meio como prova.

14.18 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

14.19 – A proponente é inteiramente responsável pela fidelidade, integralidade e legitimidade das informações prestadas, bem assim com relação aos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. Em assim sendo, a falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas ou até mesmo quanto á ausência de quaisquer dos documentos exigidos, implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, após a contratação, podendo acarretar a rescisão contratual, tudo, sem prejuízo nas demais sanções cabíveis, principalmente, quando no intuito de fraude ou tumulto processual motivado, o que faz caracterizar o dolo.

14.20 - Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo (a) Pregoeiro (a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

14.21 - Quaisquer esclarecimentos adicionais a este Edital, poderão ser objetos de consultas endereçadas à Prefeitura Municipal de Planalto, no prazo de até 02 (dois) dias anteriores, em relação à data prevista para a abertura dos envelopes, pelo fone (55) 3794 1133, ou no endereço acima indicado, em dias úteis e horários das 07h:45 às 11h:45 e das 13h:15 às 17h:15, os quais será respondida, via expressa, através de Carta Circular para todas as licitantes, sendo que estes esclarecimentos adicionais não serão considerados como motivo para qualquer prorrogação de data estabelecida neste Edital.

14.22 - Demais documentos e maiores informações, poderão ser obtidos junto ao Departamento

de Compras da Prefeitura Municipal de Planalto, no endereço e telefone mencionados neste edital.

14.23 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não frustrem o interesse Administrativo, a finalidade e a segurança da contratação.

14.24 – Quando do julgamento da habilitação ou das propostas dos concorrentes, houver ausência de alguma informação em documento exigido, poderá ser suprida a falta, se os dados existirem em outro documento, adotando-se o princípio da razoabilidade.

14.25 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

15 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

15.1 - O certame obedecerá às regras previstas no Decreto Municipal, sendo que, dentre as demais obrigações, o (a) pregoeiro (a) terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos licitantes, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior, para homologar e autorizar a contratação;
- l) encaminhar à Secretaria da Administração, as razões que motivam abertura de processo administrativo, diante da apuração de irregularidades, visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

16 - DO FORO

16.1 - Para dirimir as questões oriundas deste Edital e da futura Autorização de Compras, será competente o Foro da Comarca de Planalto-RS, com renúncia aos demais.

Planalto, 03 de março de 2023.

AMARILDO CAMINSKI

Prefeito Municipal em exercício

ANEXO I
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM ADQUIRIDOS

OBJETO: Registro de Preços visando eventual e futura aquisição de até 900 KITS de lanches prontos ao mês, para os Grupos do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), de acordo com as quantidades e especificações a seguir:

Item	Qtde	Unid	Descrição
1	900	UN	Sanduiche natural, com pão francês branco 50g, contendo: Presunto, queijo, maionese tradicional, alface e tomate (de boa qualidade), devidamente embalados em papel alumínio ou filme. R\$ 5,00
2	900	UN	Pão de queijo (unidades com 50 g), devidamente embalados em papel alumínio ou filme. R\$ 1,50
3	900	UN	Cuca tradicional sem recheio (fatia com 50 g). R\$ 1,00
4	900	UN	Grostoli doce, novo, macio, devidamente embalado, com no máximo 24 h (unidade com 50 g). R\$ 1,50
5	900	UN	Pastel frito de carne moída (unidade com 50 g). R\$ 2,00
6	900	UN	Bolo de laranja com cobertura de côco (fatia média com 55 g). R\$ 2,00
7	900	UN	Mini pizza diversos sabores (frango, carne moída, milho, calabresa) 1 unid tamanho entre 10 e 13 cm de diâmetro. R\$ 5,00
8	900	UN	Bolacha doce, de nata, manteiga, açúcar de cana e afins, com e sem cobertura (unidade com 25 g). R\$ 1,50

ANEXO II
MODELO "A": EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA
DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a)Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO III

**“MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR”
DECLARAÇÃO**

DECLARO, sob as penas da lei, para fins do PREGÃO 04/2023, que a empresainscrito no CNPJ nº....., não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitaçãoque venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidadeeconômico-financeira.

.....
(data)

.....
(representante legal)

**ANEXO IV
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº xx (MINUTA)
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2023**

O MUNICÍPIO DE PLANALTO, pessoa jurídica de Direito Público com sede na Rua Humberto de Campos, 732, Centro, na cidade de Planalto, CEP 98.470-000, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 87.612.891/0001-15, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. CRISTIANO GNOATTO, doravante denominado MUNICÍPIO, nos termos da Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial nº 04/2023, processo administrativo 22/20223 RESOLVE registrar os preços de lanches prontos, conforme as seguintes condições.

1. DO SIGNATÁRIO DA ATA

1.1 A partir desta data ficam registrados no MUNICÍPIO os preços do fornecedor a seguir relacionado, nas condições estabelecidas no ato convocatório, para eventual e futura aquisição de até 900 lanches prontos ao mês, para os Grupos do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), conforme quantidades e itens discriminados no item 2.

SIGNATÁRIO DA ATA: pessoa jurídica xxxxxx, com sede na xxxx, xxxxx/RS, inscrita no C.N.P.J. sob o número xxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada por seu sócio-administrador, Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador do CPF xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

2. DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1 Consideram-se registrados os seguintes preços:
(...)

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1 O presente Registro de Preços terá validade por 09 (nove) meses, podendo ser prorrogado até limite máximo de 01 (um) ano, desde que respeitado o artigo 57 da Lei de Licitações.

3.2 A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a adquirir os itens licitados,

facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao detentor do registro preferência na execução dos serviços em igualdade de condições.

4.DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93.

4.2 Caberá ao detentor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do pedido de utilização desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

5. DA EXECUÇÃO DA ATA

5.1 Durante a execução da presente ata deverá ser observado o disposto no Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 04/2023.

6. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

6.1 Durante a vigência da Ata os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

6.2 Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

6.3 Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o signatário da Ata será convocado pelo MUNICÍPIO para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO.

7.1 O signatário da Ata terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

7.2 A pedido, quando:

- a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior; e
- b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado.

7.3 Por iniciativa do MUNICÍPIO:

- a) Quando o signatário da ata não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) Quando o signatário da ata não mantiver as condições de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- d) Quando o signatário da ata não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- e) Quando o signatário da ata se recusar a fornecer os materiais nos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos;
- f) Na ocorrência de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

g) Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o MUNICÍPIO fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

8.DO CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

- a) Por decurso de prazo de vigência, estipulado no item 3 desta Ata.
- b) Quando não restarem fornecedores registrados.

9. DA ENTREGA DE MERCADORIAS

9.1 Os produtos ofertados deverão ser entregues de forma fracionada, conforme solicitação, junto ao Prédio do Centro Complementar de Saúde, durante os seguintes horários (Manhã: 08h00min às 11h00min e Tarde: 14h00min às 16h00min) e não serão recebidos quando apresentarem indícios ou características que possam comprometer sua utilização. Os produtos deverão ser entregues em até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação.

10. DO PAGAMENTO

10.2 - O pagamento será feito considerando a entrega fracionada, após o recebimento das notas fiscais e verificação da sua conformidade com o objeto, em até 15 (quinze) dias úteis.

10.3 – Os originais dos documentos fiscais comprobatórios da aquisição e/ou prestação de serviços devem ser emitidos em nome do Município de Planalto (CNPJ 87.612.891/0001-15) e conter as seguintes informações: modalidade e número do processo licitatório, nº contrato e do empenho, indicação do recurso utilizado para pagamento e se necessário indicação do fundo repassador do recurso (estadual ou federal);

10.4 - Para o efetivo pagamento deverão ser encaminhadas as Notas Fiscais dos produtos que deverão vir acompanhadas das Certidões Negativas do FGTS e INSS.

10.5 - Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice oficial do Município e o mesmo compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

10.6 - Serão processadas as retenções pertinentes ao objeto da contratação, nos termos da lei que regula a matéria.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 O detentor da Ata de Registro de Preços estará sujeito à aplicação das sanções administrativas previstas no item 15 do Edital.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Integram esta Ata o Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 04/2023, seus anexos, e a proposta da empresa XXXXXXXXXXXXX, classificada em 1º lugar no certame supra numerado.

12.2 O foro da Comarca de Planalto/RS é o foro competente para solucionar os litígios decorrentes desta Ata, ficando excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.3 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais normas aplicáveis.

PLANALTO(RS), de de 2023.

MUNICÍPIO DE PLANALTO
Contratante

.....
Contratada